

Emenda é base de acordo com FMI

A missão do Fundo Monetário Internacional, chefiada pelo economista Sterie Beza, pretende retornar amanhã aos Estados Unidos levando na mala a minuta da carta de intenções do governo brasileiro, que será a base de um acordo *stand by* para a liberação de um empréstimo de US\$ 2 bilhões ao Brasil. A equipe econômica tem pressa em concluir a proposta, pois quer que ela seja apreciada pela direção do FMI antes da reunião anual, marcada para o dia 6 de outubro na Tailândia.

A proposta brasileira prevê a realização de um ajuste fiscal (redução de despesas e aumento de receitas) equivalente a 5% do Produto Interno Bruto ao longo de um período de 18 meses. O prazo seria contado a partir de janeiro de 1992, pois o governo acha que não terá mais condições de fazer uma arrumação nas contas públicas este ano. O ajuste no setor público permitiria que, ao final da vigência do acordo com o FMI, a inflação estivesse ao redor de 2% ao mês, uma meta considerada ambiciosa até por técnicos da área econômica.

O documento terá as metas de comportamento das contas públicas pelo conceito primário, que exclui os efeitos das correções monetária e cambial e da evolução das taxas de juros no mercado interno e externo. O objetivo da medida é deixar claro o impacto que as altas taxas de juros terão sobre o comportamento do déficit público medido pelo conceito operacional, que só exclui do cálculo a atualização monetária e cambial, normalmente utilizado pelo FMI em acordos deste tipo.

O governo já deixou claro aos técnicos do FMI que vai fechar o ano de 1991 com um déficit operacional do setor público de 2,4% do PIB, que representaria um superávit primário da ordem de 1,4% do PIB. Para 1992, a área econômica projeta um déficit operacional superior ao deste ano: 2,6% do PIB. Mas, pelo conceito primário, o resultado seria um superávit de 2,01% do PIB. A transformação de déficits operacionais em superávits primários se deve à exclusão dos efeitos provocados pelas taxas de juros no comportamento das contas públicas.

Para obter esses resultados, a área econômica acena com a aprovação pelo Congresso Nacional das emendas constitucionais que permitiriam uma redução dos gastos e aumento da arrecadação de impostos. Os técnicos estão convencidos de que sem as mudanças na Constituição não será possível equilibrar o setor público e reduzir a inflação, que são os objetivos básicos do programa negociado com o FMI. Existem dúvidas, porém, se a direção do Fundo aceitará firmar o acordo antes de um sinal positivo do Congresso no sentido da aprovação do Emenda.